

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
– CONERH

1 No dia 12 de Setembro de 2019 ocorreu a quadragésima segunda reunião ordinária do
2 CONERH no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE com a
3 seguinte pauta: 1. Análise e Aprovação da Ata da 16ª Reunião Extraordinária; 2.
4 Apresentação relatório anual Programa Quali-Águas; 3. Apresentação da proposta de
5 Definição do procedimento de revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos –
6 PERH. 4. Apresentação do relatório anual da Política Nacional de Segurança de
7 Barragens e atuação Estadual; 5. Apresentação da elaboração do Plano de Bacia
8 Hidrográfica do Grande-Corrente; 6. Informes; 6.1. Encaminhamentos referentes às
9 moções de recomendação 01, 02, 03/2017 e 01/2018 do CBH Itapicuru ao CONERH e
10 a deliberação 41/2017 do CBH Rio de Contas ao CONERH; 7. O que ocorrer. A
11 Secretária Executiva: Miriã Caetano da Silva – SECEX após verificação de quórum
12 deu início a 42ª reunião, Inicialmente justificou a ausência do Secretário da SEMA
13 João Carlos Oliveira da Silva e da Diretora Geral do INEMA Márcia Teles que
14 cumprem agenda externa, juntamente com a Comitativa do Governador Rui Costa na
15 Região da Chapada Diamantina, informou ainda que não foi possível fazer uma
16 transferência de data para que todos estivessem presentes. No primeiro ponto de
17 pauta houve a aprovação da Ata da 16ª Reunião Extraordinária do Conselho. Em
18 seguida apresentou os pontos de pauta, e passou a palavra para Ailton dos Santos
19 Júnior - Coordenação de monitoramento dos Recursos Ambientais e Hídricos –
20 COMON/INEMA que discorreu sobre a Análise e Apresentação relatório anual
21 Programa Qualiáguas que é um programa de estímulo a divulgação de dados da
22 qualidade da água da Agência Nacional de Águas – ANA, informou que o INEMA e a
23 ANA tem um contrato nº 014/2016, desde maio de 2016 para execução do programa
24 no Estado da Bahia e esse programa visa a implantação da rede nacional de
25 monitoramento da qualidade das águas. O programa qualiáguas tem como objetivos:
26 contribuir para a gestão sistemática dos recursos hídricos, através da divulgação de
27 dados sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil a toda a sociedade; estimular
28 a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no
29 País, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução ANA nº 903/2013, para
30 tornar essas informações comparáveis em nível nacional; contribuir para o
31 fortalecimento e estruturação dos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e
32 meio ambiente para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das

33 águas e dêem publicidade aos dados gerados; promover a implementação da Rede
34 Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no âmbito do Programa
35 Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA. Pelo contrato assinado pela
36 ANA e pelo INEMA, o Instituto receberá R\$ 1,1 mil por ponto monitorado e com dados
37 divulgados na Bahia. Lembrou que a ANA não financia o monitoramento, esse recurso
38 vem como uma forma de premiação, então o INEMA recebe esse valor, após a
39 execução se as metas forem cumpridas. A vigência do acordo é de 5 anos a partir da
40 publicação no Diário Oficial da União, começando sempre no mês de maio a data que
41 o contrato foi assinado e existem metas crescentes a serem cumpridas, atualmente a
42 Bahia está no quarto ano do programa e hoje o INEMA tem que monitorar 345 pontos,
43 sendo que 104 qualiquantitativos e 241 apenas qualitativos, a diferença é que o ponto
44 qualitativo é apenas um ponto onde é feita a amostragem e medição de ponto de
45 parâmetros da qualidade água e os pontos qualiquantitativos além das medições de
46 variações das qualidades da água, também é feita a medição de vazão. Esse contrato
47 tem o valor global de R\$ 6.600.000,00 e esse valor é passado semestralmente ao
48 INEMA após o cumprimento das metas. Existem dois tipos de metas: monitoramento e
49 divulgação que são semestrais, as quais englobam a operação e ampliação da RNQA
50 no Estado e o número de pontos, quantidade de parâmetros e medição de vazão;
51 metas estruturantes que são metas anuais: Padronização: Frequência mínima de
52 coleta; Capacitação: Capacitação dos técnicos no tema de qualidade de água;
53 Laboratório: Participação em exercícios de intercalibração. Informou que o laboratório
54 que presta serviço para o INEMA é o Centro de Pesquisa em Desenvolvimento
55 (Ceped), estrutura ligada a SECTI. No período atual estão previsto no total 345 pontos
56 e tem também tem 104 pontos com medição de vazão simultânea e pela meta o
57 INEMA tem que fazer sempre medição de 19 parâmetros de qualidade da água
58 (Alcalinidade, Condutividade, Temperatura da Água, Temperatura do Ar, PH, Turbidez,
59 Sólidos Dissolvidos, Sólidos em Suspensão, Oxigênio Dissolvido, Demanda
60 Bioquímica de Oxigênio, Nitrogênio Total, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio Nitrato,
61 Fósforo Total, Ortofosfato Solúvel, Coliformes Termotolerantes, Clorofila a, Cloreto,
62 Transparência da Água, sendo que o INEMA supera essa quantidade, normalmente
63 são feitos 23 parâmetros, ou seja, 04 a mais (Salinidade, Sólidos Totais, % Saturação
64 de Oxigênio, Demanda Química de Oxigênio). A rede do programa engloba todo
65 Estado da Bahia, é bem difusa, inclusive na região do semi-árido tem muitos pontos
66 também, e logicamente na parte do litoral onde tem mais rios e consequentemente
67 mais pontos de monitoramento. Salientou que em todas as RPGA'S tem pontos de
68 monitoramento. No que se refere às metas estruturantes estas tem o objetivo de

69 aumentar a confiabilidade dos dados gerados, padronizar os procedimentos em nível
70 nacional e estruturar/capacitar o estado para que ele realize as atividades de
71 monitoramento de qualidade de água, então a meta de padronização hoje, no quarto
72 período de certificação, a Bahia tem que cumprir o mínimo de 50% dos pontos
73 monitorados em frequência trimestral. A ANA admite uma variação de até dez dias, se
74 coletar fora deste prazo, essa meta de trimestralidade não é cumprida. No âmbito
75 desse programa a ANA equipou o Estado tanto o INEMA quanto o CEPED com carros,
76 equipamentos e instrumentos para auxiliar na execução do programa qualiáguas.
77 Considerando os resultados do último ano quanto às metas de monitoramento e
78 divulgação, no que se refere ao número de pontos RNQA, o previsto era o
79 monitoramento de 300 pontos, o INEMA sempre atendeu as metas, e na verdade a
80 não execução tem haver com problemas referentes ao acesso aos pontos, mas a
81 diferença está dentro do aceitável; no que se refere ao número de pontos de medição
82 de vazão simultânea visitados, o INEMA cumpriu integralmente. No que diz respeito
83 às metas estruturantes a trimestralidade admiti-se pelo contrato o mínimo de 40% e foi
84 cumprido 71%; no quesito capacitação admiti-se participação de 02 técnicos e foram
85 capacitados 04 técnicos; no quesito laboratório admite-se participação em ensaios
86 durante a vigência do contrato e o CEPED participou e foi certificado. O índice de
87 Qualidade das Águas – IQA dos rios do Estado da Bahia que foram monitorados pelo
88 programa QUALIÁGUAS 62,7 % BOM, 7,7% ótimo, 0,3 péssimo, 3,7% ruim, 11%
89 regular, 14,7% não coletado, este não coletado entenda-se o estado semiárido e rios
90 intermitentes que não foi coletado porque não tinha água. As principais considerações
91 é que o INEMA cumpriu integralmente as Metas de Monitoramento e Divulgação nos
92 seis Períodos avaliados e das Metas Estruturantes nos três Períodos avaliados, ou
93 seja, o INEMA conseguiu cumprir todas as metas, fazendo jus a toda premiação e em
94 função disso houve um aporte financeiro total: R\$ 3.366.000,00 com geração de
95 61.409 dados de qualidade da água, e isso tudo foi desenvolvido por uma equipe
96 técnica de 22 técnicos. Informou que todos os resultados estão disponibilizados para a
97 sociedade no site do INEMA. Miriã Caetano da Silva – SECEX agradeceu a
98 apresentação de Ailton e como não teve nenhum questionamento passou para a
99 próxima apresentação referente à definição de procedimentos da revisão do Plano
100 Estadual de Recursos Hídricos. Larissa Cayres – SEMA explicou que vai fazer a
101 apresentação em função do que a própria legislação determina, no artigo 46 da Lei
102 11.612 que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, define como uma das
103 competências do CONERH aprovar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas
104 alterações bem como a definição de procedimentos para a elaboração, alteração e



revisão desse documento. Destacou que se trata de um documento que vai ser feito um esforço hercúleo dentro da estrutura de Governo em função da própria limitação orçamentária. Então toda concepção, todo trabalho está sendo feito de forma que seja mais eficiente, inclusive todas as etapas de elaboração desse plano estão sendo feitos dentro da própria estrutura da SEMA e do INEMA e outro aspecto é que este está sendo o primeiro ato de revisão desse plano, por conta disso ainda encontra-se na fase inicial, gestacional e por conta disso ainda nem teve a oportunidade de discutir com a própria Diretoria de águas do INEMA e para atender o critério de tentar ser mais eficiente na elaboração do documento foi buscado o que já tinha sido feito nesse sentido, e percebeu-se que o que já havia sido trabalhado dentro da perspectiva de revisão do Plano. Então já tinha feito alguns documentos, inclusive com critérios para contratação de consultores e desenvolvida uma metodologia a partir das etapas de construção do plano. Sendo assim apresentação já representa um pouco do que já estava sendo pensado e construído tanto pelo INEMA, quanto pela SEMA. O que já estava sendo previsto como etapa inicial para a revisão do plano é ser realizada em 03 fases: a primeira fase voltada para o diagnóstico, mas desde já preocupado de fugir com as mesmices que geralmente encontra quando se trata de elaboração de diagnósticos com o mesmo conteúdo. O diagnóstico que está sendo pensado inicialmente é em um diagnóstico jurídico institucional, um pouco da rede hidrometeorológica do Estado, como a questão da cobertura vegetal e uso do solo, infra estrutura, aspectos econômicos e recursos naturais; em seguida seria a fase do prognóstico com a definição de cenarização e ao final é claro onde o plano quer chegar. Pontuou que entende o Plano de Recursos Hídricos como um documento que deva orientar a implementação da política e de seus instrumentos no Estado, é uma visão mais macro do que o Plano de Bacia tem, pois ele vai olhar dentro daquela escala da Bacia e vai planejar o uso dos recursos hídricos a partir daquele olhar, e o plano tem a mesma missão de orientar e aí destaca não só a SEMA e o INEMA na gestão de águas, mas também aquele que quer produzir, o setor do saneamento, enfim é um documento que pode orientar a indústria e o desenvolvimento de diversas atividades no Estado, disse, ainda, que o programa de gestão integrada das águas visa exatamente estabelecer essa sinergia entre os instrumentos, o que é prioridade, então no dia de hoje existem mais perguntas a serem feitas em relação a ao Pano Estadual de Recursos Hídricos do que respostas, mas em respeito ao artigo 46 da política essa apresentação está sendo feita como primeiro passo e ao final vai ser proposto um encaminhamento e aí abre para discussão.

140 Na primeira etapa de diagnóstico, a idéia desse primeiro bloco do jurídico/ institucional
141 e programático é fazer uma revisão e leitura da análise institucional do documento,
142 como estão às questões dos comitês de bacias, etc. Lembrando que Plano Estadual
143 de recursos Hídricos é do ano de 2003 e foi revisado apenas o capítulo relativo ao
144 balanço hídrico no ano de 2012, então todas essas informações relativos ao arranjo
145 institucional para a gestão de recursos hídricos no Estado da Bahia não se encontra
146 atualizada. Diante disso, vai ser feita diversas análises, dentre elas: institucional, legal,
147 de planos estaduais e nacionais, dos planos de bacias para construir um documento
148 que integre os diversos instrumentos ligados a gestão de recursos hídricos. E ao final
149 desse bloco fazer uma análise situacional dos instrumentos de gestão, como por
150 exemplo: das RGA'S quais já tem plano de recursos hídricos e em que fase estão, a
151 questão da cobrança, o monitoramento, ou seja, é fazer de fato um levantamento de
152 todos os instrumentos de gestão previstos na nossa política e qual a situação da arte
153 deles, em que fase de implementação eles estão, precisa-se observar isso para depois
154 o próprio plano possa orientar quais serão as prioridades. Outro bloco refere-se à rede
155 hidrometeorológica e a proposta inicial é que o documento faça uma análise das redes
156 fluviométricas, pluviométricas e meteorológicas e uma análise dos bancos de dados
157 hidrometereológicos estão previstos como uma dessas etapas. Quanto à cobertura
158 vegetal e uso do solo é um aspecto que tem uma dinâmica de alteração muito grande
159 no Estado da Bahia em função da própria ocupação e desenvolvimento das atividades
160 e é preciso que se faça uma observação sobre essa mudança, como esta tem
161 acontecido e como de fato o território tem sido ocupado e o que isso representa em
162 relação ao uso da água. No bloco da infra-estrutura, este é uma etapa muito importante
163 dentro do plano, porque é a parte do plano onde a gestão necessariamente vai ter que
164 conversar com a infra estrutura, voltada ao abastecimento e a construção do Plano
165 estadual de Segurança Hídrica. Tirado o retrato do Estado da Bahia em relação a
166 todos esses aspectos a cima mencionados vai poder a partir daí criar cenários, para
167 que possa de fato decidir o que se quer dos Recursos hídricos no Estado da Bahia e
168 onde se quer chegar. E o programa da Gestão Integrada das Águas que é a cereja do
169 bolo é de fato o ponto do programa onde o gestor e o órgão executor pode se
170 alimentar, e se orientar com a definição de diretrizes e critérios para a gestão de
171 recursos hídricos, precisa-se desse suporte e os senhores e senhoras compõem o
172 órgão máximo da gestão de recursos hídricos e é uma peça dentro desse sistema e
173 disse que acredita que esse sistema precisa atuar como uma orquestra com seus
174 instrumentos. Os entes que compõem esse sistema precisam funcionar em uma
175 sinergia que de fato permita que se alcance o que a gestão de recursos hídricos

propõe. Então essa apresentação tem o objetivo de pedir o suporte e o apoio do conselho. Disse que foi orientada pela APG que fosse pensada a revisão do plano, em função do próprio orçamento e do que está previsto no PSA que este seja construído em etapas, então vai ter que sentar e junto com o conselho e diante disso sugeriu que esta sugestão do plano seja submetida à CTPPP para que faça o acompanhamento mais diário dessa construção, ou seja, o objetivo é que seja um processo de construção coletiva, pois afirmou não dá para se fazer essa construção somente dentro de gabinetes e sem participação coletiva, sempre submetendo a consulta em uma discussão bem próxima, com oficinas regionais, comitês de bacias com quem e onde puder levar esta discussão com o grande objetivo de construir de fato e que possa nos orientar no que tange a implementação da nossa política estadual de recursos hídricos.

Sérgio Almeida Bastos – COFIC pontuou que tudo que foi colocado é importante e será difícil estabelecer uma prioridade, o que se colocou foi uma coisa completa, porém disse ter dificuldade de comentar ou contribuir neste momento, pois é um assunto muito profundo, muito denso, o papel e o encaminhamento que se propôs é razoável de ir pra câmara técnica, para saber o que é preciso fazer exatamente e qual o objetivo, quanto tempo vai levar e quanto vai custar. Pontuou ser importante que dentro do próprio Estado, independente dessas conversas acontecerem aqui, tem que haver uma sinergia dessas conversas, por exemplo, no que diz respeito à SHIS que está elaborando o plano de segurança hídrica e já vai atribuir varias premissas e é importante que nenhuma das coisas estejam prontas, isso tem que estar muito claro entre o que a Sema vai fazer e o que a SHIS vai fazer, para que não se construa dois documentos com diretrizes conflitantes.

Antônio Puntos – UFBA pontuou que se sentiu contemplado com a fala de Sérgio e disse que fica muito preocupado também, porque o plano é um dos principais instrumentos da gestão dos recursos hídricos e se não tem o plano dificilmente vai gerir o recurso e sem isso acaba fatiando o recurso e vai fazer o que dê para fazer. Questionou se já tem etapas, data de finalização, qual a prioridade do governo referente ao Plano Estadual de recursos Hídricos e ainda qual a escala, pois disse que isso depende muito da logística do plano. Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – ACOSMQST falou como representante de povos e comunidades tradicionais dentro dos colegiados informou que a maior preocupação dentro da revisão desse plano, até porque acompanhou o plano de bacias do salitre e uma parte do plano do Itapicuru são duas realidades diferentes se vê a complexidade que é um plano de bacia imagine

211 o plano estadual de Recursos Hídricos, no que diz respeito à participação social entra
212 o CONERH e as câmaras técnicas, mas entra também as oficinas, as contribuições
213 externas e também os outros setores como universidades. A nossa preocupação
214 enquanto sociedade civil dentro do plano seria a questão do uso e ocupação do solo,
215 pois se trata do cerne que envolve os recursos hídricos, visto que o uso dos grandes
216 agricultores e da agricultura familiar que possuem formas diferentes de ocupar o solo .

217 Renato Andrade – CREA/BA disse que existe muita dificuldade em identificar o que é
218 estratégico, pois o Plano estadual de recursos hídricos está dentro de uma política
219 estratégica de longo prazo e às vezes se depara com alguns problemas conjunturais e
220 táticos de quem estão vivendo os problemas do Comitê, então é importante diferenciar
221 essas coisas. É fundamental no caso do Plano estadual de Recursos Hídricos que tem
222 16 anos decorridos desde sua elaboração e foi dito que tem que se fazer essa revisão,
223 diante disso questionou quem vai fazer, qual a equipe e qual o período para essa
224 elaboração, quais os recursos disponíveis para isso e o processo inclusive de consulta
225 pública, de ouvir o universo de atores interessados no assunto. Então, como é que
226 está sendo pensado isso, no sentido de temporalizar este trabalho e os recursos
227 disponíveis.

228 Larissa Cayres – SEMA disse que é um universo de coisas, mas é de fato o que se
229 pensa e imagina que poderia ser abordado quando essa estrutura de água do Estado
230 for se debruçar sobre planejar o uso da água no Estado. Não está dizendo com isso
231 que vai ser feito ou vai contratar de alguma forma estudos elaborados sobre
232 mudanças climáticas, mas dentro do contexto da revisão do plano e questões
233 relacionadas a mudanças do clima será que isso vai afetar de alguma forma a maneira
234 que o Estado vai fazer a Gestão de água ou não? Por isso, informou que começou a
235 apresentação dizendo que está gestando o plano e que esta demanda de resgatar o
236 plano tem pouco tempo, e o que se encontrou foi um universo de coisas sendo
237 pensadas, mas sem uma definição ainda de rumo e concorda que a primeira coisa a
238 se fazer é a discussão sobre as prioridades e também tem a questão da limitação
239 orçamentária, que já foi sinalizado um valor para 2020, que dar para começar a fazer
240 muita coisa. A idéia não é fazer grandes contratações, fugir inclusive da contratação
241 de pessoas jurídicas e trabalhar com consultores individuais. Pontuou que a SEMA e o
242 INEMA vão se alimentar e nutrir de todos os documentos que o Estado tenha
243 elaborado e claro que tem a preocupação em integrar o plano de recursos hídricos
244 com o plano de segurança hídrica, além do mais que a premissa inicial é de
245 economizar a todo custo e a Secretaria de Segurança Hídrica - SIHS está contratando

246 um documento que vai dar respostas interessantes e que vai colaborar para o plano,
247 então de forma nenhuma vai andar na contra mão do que o próprio Estado já está
248 planejando. Então, a idéia é trabalhar com uma equipe interna, fazendo o
249 levantamento de tudo que já se tem, a revisão de todos os instrumentos elaborados e
250 em estado de elaboração. Pontuou que internamente não vai ter fôlego, nem
251 capacidade de fazer todo o plano, então por isso à idéia de contratar consultores
252 individuais para auxiliarem em determinadas temáticas. O recurso está previsto no
253 PPA do ano que vem e na LOA também, já tem para esse primeiro ano R\$ 450.000,00
254 para executar, então precisa ser eficiente nesse sentido de garantir a execução desse
255 recurso para que se consiga mais, mas volta a repetir que não tem-se prioridades e
256 ainda não sabe-se por onde começar, foi um primeiro momento essa apresentação,
257 porque queria aproveitar o fato desse conselho só voltar a se reunir em dezembro,
258 para não perder tempo. Hoje realmente tem mais perguntas do que respostas, mas já
259 foi garantido o cumprimento dessa etapa inicial e envolvimento do conselho desde o
260 nascimento da idéia, compartilhando inclusive essas limitações e dificuldades que terá
261 de equipe, de recurso. Pontuou que acredita em um plano mais enxuto e o que precisa
262 de fato é ser atencioso de garantir que o que vai ser trabalhado no plano seja de fato o
263 que vai ser ajudado na gestão, voltando a dizer não só ao governo, mas a quem quer
264 empreender e que de fato se envolve com a gestão de recursos hídricos. Informou
265 ainda que vão ser consultados os planos de bacias, em que pese sejam escalas
266 diferentes, pois o plano de bacia tem uma visão mais local, ele trata determinados
267 corpos hídricos com mais detalhamento. E a idéia do plano estadual não é olhar para
268 as bacias com esse nível de detalhe, mas sim olhar para as regiões e para o estado
269 da Bahia numa escala muito menor, mas que permita que quando for tratar de
270 cobrança, quando for discutir os instrumentos de gestão, que essa diretriz
271 estabelecida seja válida para todas RPGA'S do Estado, mas é claro que vai ter que
272 ser tratado também de escassez, para aquelas regiões que em determinado período
273 do ano enfrentam problemas de escassez, qual vai ser a orientação do estado. Então
274 conselheiros essa questão das etapas de fato volto a repetir não tenho ainda resposta
275 a da para vocês a gente vai ter que claro estabelecer um plano de trabalho com
276 definição de escalas. Inclusive pesquisou se existe alguma determinação legal em
277 relação à escala de elaboração do plano estadual, não tem. Então até isso a gente vai
278 ter que discutir. vejam só o nível realmente inicial que a gente estar, não tenho
279 problema nenhum em reconhecer isso, a ideia esta nascendo, a incumbência, a tarefa,
280 missão me foi passada ainda muito recentemente, mas fez questão de trazer, e Miriã
281 aceitou essa proposta. Em relação Manoel Ailton a ocupação do solo, talvez seja um

282 dos temas, mais relevantes atualmente no que tange a gestão da água. Realmente se
283 convenceu que se a gente não fizer essa leitura à integração, e é uma diretriz da
284 política de fazer uma gestão de água olhando o que a política de uso e ocupação de
285 solo prevê e determina, agora essa é uma definição municipal também. Então o dia-a-
286 vai ter que ser feito uma leitura também do que os municípios tem desenvolvido em
287 relação por exemplo a suas áreas de recarga, e vai longe essa discussão. Mas é
288 importantíssimo, E algumas respostas das perguntas quem vai fazer, e a ideia é essa,
289 é um grupo de trabalho interno composto por membros da SEMA e do INEMA com a
290 participação de convidados, e vai ser definido se é desse conselho, para definir a
291 rotina dos trabalhos.

292 Antônio Puentes – UFBA perguntou se tem uma previsão para terminar e pontuou que
293 o valor de R\$ 450.000,00 é pouco dinheiro para o que tem que fazer.

294 Larissa Cayres esclareceu pelo que se acompanha e tem visto em relação a valores de
295 planos estaduais eles tem gerado em torno de 2 milhões, 2 milhões e meio. Esse
296 recurso tem previsão no PPA para os quatro anos, mas em valores menores, precisa-se
297 inclusive ver direitinho como é que tá isso no tempo, mas o que sabe-se é que garantido
298 para 2020 é 450mil, com a possibilidade de mais aportes desde que seja executado.
299 Então infelizmente o estado está sim apertado, com dificuldades orçamentárias, então a
300 gente precisa sim correr para garantir que vai ser executado e que vai haver em 2021
301 mais uma aporte, isso foi sinalizado positivamente tanto pela SEPLAN quanto pela
302 SAEB, então há sim a possibilidade. Sérgio Bastos – COFIC que primeira coisa tem que
303 fazer o planejamento do que se quer no tempo, e isso é uma dificuldade, ou pelo menos
304 é uma pratica que eu acho que precisa-se melhorar, todos os planos que vejo aqui são
305 planos conceitualmente muito bem elaborados, os técnicos sabem trazer, como você
306 trouxe aqui, não tem nada que você diga que tá errado, qual é a dificuldade. A
307 dificuldade que se tem, é que nunca se vê aqui quando vem uma proposta dessa, um
308 cronograma. Sempre tem que ter um cronograma com prazo e orçamento, isso é uma
309 coisa fundamental para quem planeja, então não adianta vir, planejar as coisas
310 conceitualmente, conceitualmente é lindo, transparência o power point da tudo, disse
311 sentir uma dificuldade aqui quando os planos chegam é o seguinte. A falta do
312 cronograma físico e orçamentário é importantíssimo, pois evita-se o risco de gastar
313 indevidamente, e ai fica um produto que não se usa, porque o que já tem de informação
314 já produzida.

315 Renato Andrade – CREA/BAE disse ser de bom auvides, se for pensado numa próxima
316 reunião trazer aqui um expressão do plano existente, qual o estado dele, o que foi feito,



317 o que não foi feito, quais as carências, até para atualizar os conselheiros sobre essa
318 situação atual.

319 Larissa Cayres – SEMA agradeceu, disse que está a disposição na SEMA, para
320 qualquer momento, a idéia de fato é essa construção coletiva, mas a gente precisa ter
321 foco, precisa ter planejamento, precisa ter horizonte para avançar, e cuidado ao gastar
322 o recurso porque de fato ele tá igual a água no semiarido.

323 Sergio Bastos - COFIC pontuou que sentiu dificuldade nessa convocatória referente ao
324 debate sobre planejamento dos itens prioritários para o conselho, metade dessa pauta
325 não estava naquele planejamento certo, então se vai ser inserido esse assunto que
326 acabou de ser colocado aqui, tem que revisitar aquele documento e revisitar tudo no
327 tempo. E uma outra coisa que sentiu falta foi que na convocatória, não foram anexos
328 esses produtos ou essas apresentações, e isso é importante, porque são assuntos
329 super densos para serem apresentados que aqui não dá nem para ser comentado,
330 então documentos e itens de pauta devem ser anexados a convocatória.

331 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que viu aqui o pedido de encaminhamento
332 e pensando exatamente no planejamento, e ia trazer para plenária o que já havia sido
333 conversado, qualquer ponto que seja trazido aqui e que vá ser incluído, diante disso já é
334 necessário o conselho decidir aqui se de fato a apresentação do plano estadual 2003,
335 se seria um ponto para trazer na próxima reunião. Quanto ao encaminhamento dos
336 documentos, essa é uma prática que entendeu a SECEX de toda vez que sai uma
337 pauta, os documentos que serão tratados, sendo muito comum inclusive no CEPRAM
338 que são os processos que se dá conhecimento prévio. Talvez desta vez a SECEX,
339 tenha se passado em função de tratar de apresentações de técnicos que viriam aqui
340 fazer a primeira exposição desses assuntos, mas fica registrado para as próximas
341 reuniões, aquilo que puder disponibilizar de material, previamente, será feito.

342 Manoel Ailton - ACOMQST pontuou que observou também na pauta a falta da
343 deliberação do Salitre, a deliberação número 2 que foi discutido aqui, e inclusive disse
344 que recebeu um pedido do pessoal lá de onde teve o conflito ano passado que se
345 amenizou depois da chuva, mas agora com a seca já tá voltando, então precisa-se da
346 aprovação dessa deliberação, até para se possa tomar as medidas juntamente com o
347 INEMA e os órgãos, o Ministério Público e a Polícia Militar .

348 Miriã Caetano da Silva – SECEX retomou a questão do ponto a ser tratado na próxima
349 reunião, então a apresentação do plano estadual 2003 seria feito na próxima reunião,
350 todos concordam? Mas entendeu que isso seria uma etapa e a proposta posterior, que
351 veio agora de se conhecer o plano de 2003.

352 Claudemir de Santana – SPA/SEMA esclareceu que para o governo a prioridade é a
353 questão da água, por isso foi colocado no PPA 2020 / 2023, e foi com muito esforço que
354 colocou-se no PPA e também na LOA de 2020, a questão da atualização do plano
355 estadual de recursos hídricos, que é um documento prioritário para o debate. Ainda não
356 foi construído nenhum grupo de trabalho internamente, mas Larissa fez questão de
357 fazer essa apresentação inicial para o conselho para provocar o debate. Pontuou que a
358 primeira reunião desse grupo de trabalho que vai envolver INEMA, a SEMA e a SIHS,
359 será na próxima semana para discutir o planejamento do plano. Pontuou que existirão
360 dificuldades de orçamento, mas além dessa relação do Governo do Estado com o
361 plano, tem-se uma perspectiva de capitar recurso do Ministério de Desenvolvimento
362 Regional - MDR, a Coordenação Nacional dos recursos hídricos nos colocou favorável a
363 atualização do plano estadual, inclusive para poder aportar recursos para retração de
364 bacias, então já tem-se o termo de cooperação, sendo preparado para o MDR e
365 intuitivamente deve-se ter mais recursos para duração do plano. Sinalizou a importância
366 de ser feita a escuta social, então essa é uma prerrogativa que não se abre mão, por
367 isso foi trazido para o conselho com o objetivo de provocar o debate, mas é claro que
368 vão ser levadas as considerações de vocês, e sinalizou que estas serão levadas para
369 serem discutidas com este grupo de trabalho e vai ser avaliado se é pertinente ou não
370 as considerações. Além de ser discutida e avaliada se atualiza o plano que esta aí hoje
371 de 2003, ou discuti um novo plano para que possa vê também as demandas novas que
372 requer os recursos hídricos no Estado da Bahia.

373 Miriã Caetano da Silva- SECEX esclareceu que estão nos informes retornos da SECEX
374 sobre algumas deliberações e recomendações que estavam pendentes, inclusive a
375 deliberação 2 do Salitre. Então passou-se ao próximo ponto que é a apresentação do
376 relatório anual e da Política Nacional de Segurança de Barragens atuação estadual.

377 Maria Quitéria – Coordenação de segurança de barragens do Inema e informou que vai
378 apresentar para o conselho o relatório anual de segurança de barragens, o RSB 2018
379 que a ANA deve publicar agora no final do ano, que na verdade eles elaboram esse
380 relatório, mas tem que encaminhar primeiro para apreciação do Conselho Nacional de
381 Recursos Hídricos, então provavelmente esse relatório já esta pronto e já deve ter sido
382 encaminhado ao conselho, porém só é divulgado depois dessa apreciação. Explicou
383 que primeiro vai falar um pouco sobre as informações que são prestadas pelo INEMA à
384 Agencia Nacional de Águas para elaboração desse relatório, e depois vai falar um
385 pouquinho sobre as barragens com um nível de perigo de alerta que consta desse
386 relatório de segurança de barragens 2018, que vai ser publicado agora no final do ano,
387 e toda vez que publica tem aquele estardalhaço, então é importante falar um pouco

sobre o que já foi feito no ano de 2019 em relação a essas barragens. Esse relatório de segurança de barragens é anual e ele tem um fluxo de informação, então inicialmente você tem um 1º prazo que é para os empreendedores estarem encaminhando para os órgãos fiscalizadores as informações relativas às ações de segurança de barragens que eles realizaram durante aquele ano, então o prazo pra o RSB 2018 foi 31 de janeiro de 2019, esses empreendedores encaminharam para os órgãos fiscalizadores no caso do INEMA, as barragens que são fiscalizadas pelo órgão. O INEMA teve um prazo até 30 de abril de 2019 para pegar essas informações, compilar, fazer uma análise prévia e encaminhar essas informações para ANA e por fim a ANA tem um prazo também até 31 de 2019 agosto para laborar esse relatório e encaminhar para apreciação do CNRH. O CNRH ele tem um prazo também para encaminhar, apreciar e fazer algumas observações e posteriormente encaminhar para o Congresso Nacional que é 31 de dezembro de 2019. Então entre agosto e dezembro de 2019 esse relatório vai ser publicado e disponibilizado para sociedade em geral. No ano de 2018 provavelmente vai está publicado nesse relatório que uma das ações que o INEMA executou foi a regulamentação da lei, então já havia sido regulamentado o plano de segurança e inspeções regulares e a revisão periódica, porém ainda faltava regulamentar o Plano de Ação Emergencial- PAE e a inspeção especial, então aproveitou-se que tinha que regulamentar o PAE e a inspeção especial e fez uma revisão de toda regulamentação, então hoje já tem todos os artigos da lei que estão previstos que o INEMA faça regulamentação, defina alguns critérios já regulamentados. Então essa foi uma das ações do ano de 2018 que deve ser mencionada no relatório que vai ser publicado agora no final do ano. O cadastro de barragens teve uma evolução, desde o primeiro relatório de segurança de barragens até hoje, pois o primeiro ano que teve uma elaboração do relatório anual de segurança de barragens foi em 2011 e a lei é de 2010, então houve uma evolução do cadastro, a tendência sempre ir crescendo, sabe-se que o Estado tem um grande numero de barragens a ser cadastrada, mas pode-se dizer assim que as maiores barragens, aquelas que estão enquadradas na lei pela altura e pelo volume, praticamente todas já estão cadastradas. Porém, existe um número muito grande de barragens que são pequenas barragens e que ainda carecem de um cadastramento. Dessas 415 barragens, 348 são fiscalizáveis pelo INEMA, o que significa que seriam de fiscalização do INEMA, não estão sendo fiscalizadas conforme a lei de segurança de barragens, porque não está enquadrada na política, então reguladas pela política nacional de segurança de barragens, a gente tem 323. Fiscalizadas por outros órgãos que seria a ANA a NEU e a NM 67. Tinha-se em 2018, 26 barragens sem empreendedor identificado. Durante o ano de 2019 a o INEMA fez

424 um esforço para identificar essas 23, porém ainda tem umas 3 ou 4 que ainda não
425 conseguiu identificar o empreendedor. A classificação quanto à categoria de risco e
426 danos potencial associado, então as barragens que hoje estão sendo fiscalizadas pelo
427 INEMA, elas já estão todas classificadas quanto ao risco e dano. A medida que se vai
428 cadastrando as barragens no nosso cadastro ela entra na fila para essa classificação, a
429 classificação não acontece imediatamente porque tem que abrir processo, distribuir
430 processo para os técnicos, então ao longo do ano ele vai estar analisando a
431 classificação daquela barragem. Então o INEMA tem hoje classificadas como barragens
432 de risco alto 207, médio 101, baixa 24 e quanto ao dano tem-se 300 barragens com
433 dano alto, 20 com médio e 21 com baixo. O dano está relacionado a uma consequência,
434 se essa barragem romper qual é o dano que ela vai causar, diante disso, sempre vai ter
435 um grande número de barragens classificadas como dano alto, porque dificilmente vai
436 ter uma barragem construída sem que tenha uma casinha logo à jusante, sem que
437 tenha propriedades, estradas, alguma intervenção a jusante. Então esse dano é uma
438 característica muito difícil de mudar. Já o risco ele está ligado a algumas características
439 da barragem, que são as características técnicas, como por exemplo, altura, a idade em
440 que essa barragem foi construída, o tipo de terreno onde foi assentada, a fundação, o
441 estado de conservação dessa barragem, se ela está sendo bem cuidada, se ela precisa
442 de alguma intervenção, se ela tem muita anomalia. E o plano de segurança que é
443 exatamente como o empreendedor está cuidando dessa barragem, se ele tem uma
444 pessoa que faz as inspeções, se ele emite os relatórios, se ele tem plano de ação de
445 emergência, se ele tem plano de segurança. Então, desses dois fatores risco e dano, o
446 que mais facilmente consegue-se mudar é o risco, porque à medida que o
447 empreendedor começa a cuidar melhor dessa barragem, a tendência é que o risco dela
448 diminua. Existe um grande número de barragens com o risco alto, porque existem
449 barragens que ainda precisam de intervenção, principalmente pelo estado de
450 conservação.

451 As ações de fiscalização do INEMA no ano de 2018 foram através de dois tipos de
452 fiscalização, a fiscalização in loco vai vistoriar essas barragens; e a fiscalização do
453 atendimento a Lei, que basicamente é fiscalizar como os empreendedores estão
454 implementando o plano de segurança de barragem e quais são as ações que estão
455 fazendo para melhorar a condição de conservação dessa barragem ou mantendo uma
456 boa condição de conservação daquela barragem. Diante disso, no ano de 2018, tiveram
457 283 processos abertos, 82 já foram finalizados, 191 encontram-se em processo de
458 análise; ou está notificado; ou autuado; ou em andamento ainda esses processos. As
459 barragens que tiveram já alguma coisa iniciada do plano de segurança de barragem

460 tem-se 137 barragens que foram inspecionadas regularmente durante o ano de 2018,
461 20 que já elaboraram sua revisão periódica que é um documento que faz toda revisão
462 de condição de segurança da barragem, vai desde revisão dos estudos hidrológicos,
463 estudos geotécnicos e outros que sejam necessário para investigar a condição de
464 segurança daquela barragem, e 94 que elaboraram o PAE completo, ou o PAE
465 simplificado. O PAE completo é o plano de ação de emergência com a execução do
466 estudo de ruptura, que chama de dam break, que é um estudo que se faz o
467 levantamento topográfico de jusante da barragem, e faz uma simulação de como essa
468 barragem estaria rompendo, se fosse por galgamento, ou pela fundação. Então assim,
469 tem um PAE simplificado, que é o PAE que não tem esse estudo de ruptura, e tem um
470 PAE completo, que é quando o INEMA vai exigir que tenha estudo de ruptura,
471 normalmente exige esse estudo de ruptura para barragens que tem um dano potencial
472 mais sério. No que se refere às barragens com nível de perigo alerta no RSB 2018
473 estão: as barragens de Apertado que já estava em alerta em 2017, Araçá também
474 estava, Beco Bebedouro não estava, Luiz Vieira já estava, Tabua 2 estava, Vilobalto
475 Alencar não estava, e a Zabumbão, então são as barragens que quando a ANA publicar
476 o relatório esse ano vai ser apontada como nível de perigo alerta. Então a barragem de
477 Apertado teve 2 inspeções regulares realizadas no ano de 2018, 2 inspeções regulares
478 realizadas pela CERB no ano de 2018, o nível de perigo foi definido como alerta tanto
479 pela CERB, quanto corroborado pelo INEMA. Esclareceu que o nível risco considera
480 além da condição de conservação da barragem, outros aspectos como a emissão de
481 relatórios, fazer inspeção, algumas condições técnica da barragem como altura, a idade
482 de construção; já o nível de perigo é muito em função da inspeção que é realizada na
483 barragem, o empreendedor vai na barragem e faz aquela inspeção regular que deve ser
484 feita anualmente, identifica algumas anomalias, e a partir desse conjunto de anomalias
485 vai dar um nível de perigo para essa barragem, então normalmente o nível de perigo ele
486 é definido pelo empreendedor. O INEMA só interfere nesse nível de perigo quando ele
487 identifica nesses relatórios que o empreendedor encaminha uma necessidade de
488 fiscalização in loco, normalmente quando ele define nível de perigo o INEMA vai a
489 campo e pode alterar esse nível de perigo, ou corroborar com empreendedor, e dizer
490 que realmente está nível de perigo alerta. Ou então o INEMA sorteia algumas barragens
491 em função desses relatórios também, mesmo quando não está com nível de perigo
492 alerta como vai ser o caso de Zabumbão que o empreendedor disse que estava em um
493 ano em atenção e depois normal, mas como o INEMA não concordou e foi a campo e
494 definiu o nível de perigo alerta. Mas normalmente esse nível de perigo ele é definido
495 pelo empreendedor porque é ele que vai todos os anos 2 ou 3 vezes no ano nessas

496 barragens verificar essas anomalias, encaminham os históricos para o INEMA de como
497 encontra-se a barragem. Pontuou que no caso de Apertado foi definida com nível de
498 perigo alerta e a principal anomalia encontrada para definir o alerta nessa barragem,
499 foram fissuras, rachaduras e cavidades no talude de jusante, pois vem acontecendo de
500 forma recorrente. Devido à informação de nível de perigo de alerta de Apertado,
501 pontuou as ações realizadas pelo INEMA em 2019: o empreendedor foi notificado para
502 apresentar PAE e o estudo de ruptura, o prazo dado para a apresentação desses
503 documentos foi 31 de janeiro de 2020; foi emitido um auto de infração de advertência
504 para apresentar o projeto de recuperação e relatório de inspeção especial para
505 mapeamento das fissuras, trincas e identificação das causas de aparecimento das
506 mesmas, o prazo para isso está vencendo no final de setembro e pontuou que essas
507 informações não vão constar no relatório da ANA de 2018, por serem ações de 2019. A
508 Barragem de Araci/Poço Grande foi outra barragem que estava com nível de perigo
509 alerta, que foi definido pelo empreendedor e o INEMA tem uma programação de
510 fiscalização para fazer na última semana de setembro, de acordo com o planejamento
511 anual de fiscalização feito pelo órgão, então a principal anomalia que foi identificada são
512 rachaduras e trincas longitudinais no coroamento, essa barragem já foi notificada para
513 fazer algumas intervenções, foi emitido auto de infração de advertência para apresentar
514 relatório de revisão periódica e plano de ação emergencial com estudo de rompimento
515 também. Informou que a anomalia foi chamada a atenção inclusive em um relatório que
516 foi apresentado recentemente na Assembléia e o Departamento Nacional de Obras
517 Contra as Secas - DNOCS já havia identificado esse problema, e por conta disso
518 identificando já em alguns relatórios e fizeram um projeto de recuperação dessa
519 barragem, porém o ano de 2018 teve um contingenciamento e não conseguiram
520 executar o projeto e esse ano de 2019 está previsto novamente recursos, porém não se
521 sabe ainda se teve contingenciamento, mas sabe-se que o Tribunal de Contas da União
522 – TCU fez uma reunião no início do ano e existe uma recomendação do TCU de
523 priorizar os recursos para a recuperação dessas barragens federais, então tem-se
524 esperança de que se não conseguir fazer em 2019, pelo menos em 2020 eles devem
525 estar executando o projeto de recuperação por causa dessa recomendação. Barragem
526 Beco Bebedouro também está como nível de perigo Alerta, identificado pelo
527 empreendedor e a principal anomalia apontada para definir esse nível de perigo foi o
528 leve afundamento na base do vertedor e essa anomalia seria passível de poder
529 classificar essa barragem com esse nível de perigo. Essa barragem foi notificada pelo
530 INEMA para apresentar projeto de recuperação. Pontuou que não sabe se caberia
531 realmente está com nível de perigo alerta, por ser uma barragem pequena e a anomalia



532 na foto não parece ser tão grave, porém o INEMA não pode alterar um nível de perigo
533 definido pelo empreendedor, sendo que o INEMA não foi na barragem para averiguar a
534 situação. A barragem de Luís Vieira já estava com nível de perigo alerta em 2017,
535 continuou em 2018 e se não teve nenhuma intervenção em 2019 também continuará
536 em nível de perigo alerta. A principal anomalia identificada para definir esse nível de
537 perigo foram erosões principalmente no talude de jusante que vem acontecendo a muito
538 tempo e eles vem monitorando, mas é algo que já deveria ter sido corrigido. Essa
539 barragem já teve auto de infração de advertência, multa, então é uma barragem que
540 realmente preocupa. A barragem tábuas 2 também já estava com o nível de perigo alerta
541 em 2017 e se manteve em 2018, a principal anomalia identificada foi erosão regressiva
542 de grandes proporções. Essa barragem também já foi notificada pelo INEMA com auto
543 de infração de advertência, existe projeto de recuperação elaborado. E o INEMA esse
544 ano ainda estará fazendo uma vistoria nessa barragem. A barragem vilobaldo Alencar
545 também está em nível de perigo alerta foi definido pelo empreendedor é uma barragem
546 da CERB, a principal anomalia identificada foi o muro direito a jusante do vertedor que
547 está com uma parte desabada. Informou que o INEMA teve nessa barragem em 2019 e
548 foi observado que a barragem estava passando por um processo de recuperação,
549 inclusive o muro já tinha sido recuperado. A barragem de Zabumbão já estava com nível
550 de perigo alerta em 2017, continuou em 2018. No caso de Zabumbão que é uma
551 barragem da Codevasf, ela sofreu intervenções a anomalia identificada foi falha na
552 proteção vegetal e desenvolvimento de processos erosivos no talo de jusante, já vem
553 acontecendo desde 2013, então foi identificado essa anomalia, o INEMA fez a
554 fiscalização in loco, foram notificados e fizeram um projeto de recuperação, fizeram
555 intervenção, só que quando o INEMA retornou para fiscalizar o resultado da
556 intervenção, choveu e começou tudo de novo, então a intervenção não foi feita de forma
557 adequada, por que imediatamente nas primeiras chuvas começaram a apresentar a
558 anomalia novamente. Diante disso, esta barragem não saiu do nível de perigo alerta.
559 Segundo o coordenador de segurança de barragens da Codevasf eles estão fazendo
560 uma nova intervenção esse ano, mas o INEMA só vai receber o resultado para o
561 atendimento de 2019 a partir de 31 de janeiro de 2020. Maria Quitéria – INEMA finalizou
562 a apresentação e se colocou a disposição para esclarecer dúvidas.

563 Manoel Ailton – ACOMQST em relação aos barramentos que não foram especificados
564 na apresentação, o barramento do Itapicuru em Ponto Novo foi constatado pelo Comitê
565 do Itapicuru, após ter aumentado a área de reserva da barragem com fusegate
566 apresentou no talude da jusante algumas fissuras com água correndo na base e
567 implicou também na vazão ecológica do rio, e questionou se isso sairia no relatório

568 desse ano que vem. Em relação à barragem de Jacobina da Yamana Gold, inclusive foi
569 objeto de uma consulta pública, pelo Ministério Público juntamente com o Comitê do
570 Itapicuru e na ocasião a Yamana Gold fez uma grande manifestação com seus
571 funcionários, para pressionar o Ministério Público, por que foi uma preocupação das
572 comunidades a jusante por ser uma barragem de rejeito muito perigosa que tem
573 mercúrio e foi constatada que estava vazando para um córrego que abastecia várias
574 comunidades tradicionais e que já havia sido constatada a morte de vários animais que
575 bebiam aquela água. Na ocasião o INEMA concordou que a água estava realmente
576 contaminada, porém foram pessoas de ONG da região de Jacobina que fizeram por
577 conta própria a coleta de água daquele rio e constataram a presença de arsênio,
578 mercúrio e outros materiais perigosos que comprometem a saúde pública, porém na
579 consulta pública o INEMA foi favorável a Yamana Gold, de que não havia perigo, porém
580 todos sabem que esse barramento fica a cima da cidade e se a barragem chegar a
581 romper acaba com Jacobina. Diante disso, solicitou relatório sobre essa barragem.
582 Sinalizou que essas barragens causam um problema social muito grande, pois as
583 pessoas têm que largar suas comunidades e solicitou mais comprometimento do
584 Governo do Estado com relação às barragens.

585 Maria Quitéria –INEMA esclareceu que o relatório de Segurança de Barragem tem um
586 gape de uma ano, então tudo que aconteceu no ano de 2019 só vai sair no final do ano
587 de 2020. Realmente é muito complicado, pois fica uma distância muito grande no que
588 está acontecendo hoje e o retrato que o relatório apresenta que é algo que já passou.
589 Em relação às barragens de mineração não é o INEMA que fiscaliza a segurança,
590 nesse caso quem faz a fiscalização é a ANM. Em relação a Ponto Novo o INEMA já tem
591 ciência, porém vai entrar no relatório de 2019

592 Renato Andrade – CREA/BA com relação às barragens de rejeito de mineração é a
593 ANM que faz essa fiscalização, informou que participou da Audiência pública referente à
594 barragem de Jacobina e é preciso entender que Jacobina surgiu com a mineração de
595 ouro a 300 anos atrás, vale ressaltar que o Ministério Público fez um relatório
596 contundente que foi motivo da audiência pública, a qual teve a presença de quase mil
597 pessoas e o MP estava reformulando a partir da oitiva e das informações que foram
598 acrescentadas ao processo. Do ponto de vista da segurança essa barragem é a
599 jusante, inclusive visitou pelo CREA outras barragens de mineração como a caraíva
600 metais, a Ferbasa e a Fazenda Brasileira, então a maior delas é a da Caraíva Metais,
601 mas que já está em processo de desativação. Informou que teve a oportunidade de
602 verificar na fazenda Brasileiro que eles estavam fazendo um alteamento para comportar
603 o processo de desenvolvimento da mina de 4 metros, mas para isso eles estavam

604 praticamente construindo uma outra barragem, por que o método é a jusante,
605 movimentando por tanto 125 mil metros cúbicos para se vê a diferença que faz em
606 relação aquele outro método que é a montante que é o caso de Sobradinho. Então na
607 Bahia onde parece que tem com situação de risco e mais perigo é a barragem de mina
608 de grafite, em Tarantina a de Maikinik, localizada no extremo Sul e que foi motivo de
609 alto de infração e intervenção, mas de um modo geral a situação das barragens de
610 rejeito de mineração são satisfatórias no Estado da Bahia. Sérgio Bastos – COFIC
611 pontuou que todas essas barragens apresentadas à maioria são públicas, ou seja, os
612 recursos e proprietários são públicos, então aparentemente o que foi colocado é que
613 existe uma solução projetada ou pelo menos realizada de projeto, o que não existe é
614 recurso para colocar e isso vem sendo acompanhado e mantido ao longo dos anos o
615 diagnóstico desse nível de alerta. Diante disso, sabe-se da dinâmica da falta de recurso,
616 mas existe alguma barragem que tem que evadir o pessoal que está a jusante, tem
617 risco desse tipo de coisa?

618 Maria Quitéria – INEMA explicou que hoje essas barragens estão com nível de perigo
619 alerta e para se evadir a população e ter a necessidade de acionar a Defesa Civil e
620 prefeitura, a barragem que entrar em um nível de perigo emergência, onde se aciona o
621 PAE, que é um outro tipo de documento e hoje não tem nenhuma barragem nesse nível
622 de perigo. Informou que todas essas barragens que tem nível de perigo alerta já tem
623 PAE elaborado o qual consta os procedimentos para entrar em nível de emergência já
624 definidos e só Zabumbão tem estudo de rompimento elaborado.

625 Miriã Caetano da Silva – SECEX agradeceu a apresentação de Maria Quitéria e passou
626 a palavra para Bruno Jardim apresentar sobre o Plano de Bacia Hidrográfica do Grande
627 e Corrente.

628 Bruno Jardim – INEMA pontuou que na última reunião já foi feita uma apresentação
629 global do que é o plano e hoje será apresentado o que tem sido realizado a partir da
630 emissão da ordem de serviço que foi de 15 de julho. Informou que na terça - feira que
631 vem tem a reunião plenária para aprovação do plano em Santa Maria da Vitória e na
632 quinta – feira em Barreiras para fechar essa primeira fase do trabalho que tem a
633 previsão de acontecer em 02 meses, que foi contratada no dia 15/07 e está finalizando
634 exatamente dentro do prazo previsto e acredita-se que vai conseguir essa aprovação
635 por parte dos Comitês. Pontuou que a empresa já entregou o plano de trabalho, este já
636 foi apresentado nas câmaras técnicas e tem câmara que já emitiu seu parecer.
637 Salientou que nas vésperas dessas reuniões, no dia anterior acontecerá uma reunião
638 com os técnicos das unidades regionais do INEMA para apresentar a eles e poder
639 discutir a construção do trabalho. Informou que tem tido muita atividade e nessa viagem

640 vai um grupo de profissionais responsáveis pela área como os técnicos do INEMA e os
641 técnicos das empresas para a realização dos trabalhos. Irão ser aproveitados todos os
642 momentos que tiver juntado com a equipe, para discutir os aspectos metodológicos, os
643 caminhos para que se possa evitar depois fazer grandes transformações nos relatórios,
644 por que dialogando desde antes pode facilitar isso.

645 Sérgio Bastos – COFIC pontuou que a maioria dos conselheiros tem idéia da
646 complexidade que é a elaboração de um plano. Disse ser importante quando se
647 apresenta ou relembra todo o rito e complexidade técnica de fazer um trabalho desse
648 tipo, imagine fazer um plano estadual de recursos hídricos. Então não adianta só
649 acertar o pé não, tem que acertar o planejamento do órgão gestor para evitar má
650 utilização do recurso, pois recurso escasso tem que ser bem gerenciado. p isso, pois
651 essa informação que Bruno deu sobre os planos poderia ser tranquilamente passada
652 por outra pessoa, é muito mais importante a presença nas reuniões do INEMA e por
653 isso pediu reflexão do órgão gestor.

654 Manoel Ailton – ACOMQST perguntou se na elaboração do termo de referência teve a
655 participação dos membros do comitê, pois no Salitre todos sentiram falta desse
656 momento, não só entre a empresa contratada e a contratante, mas que tivesse também
657 os entes da bacia na elaboração do termo de referência. Pontuou ainda a importância
658 da instalação da câmara técnica de educação ambiental e mobilização social, visto que
659 a educação ambiental é transversal a todos os estudos de programas e projetos e esta
660 câmara é muito importante para se acompanhar os planos de bacias, inclusive sinalizou
661 que foi uma luta muito grande no Salitre a criação dessa câmara técnica e esse foi um
662 dos ingredientes para que o plano fosse aprovado de acordo com a realidade da bacia.

663 Renato Andrade – CREA/BA pontuou a importância da conclusão desses planos de
664 bacias, principalmente quando se fala do rio Corrente e do Grande que é uma fronteira
665 agrícola em expansão e a necessidade de se ter dados para a gestão do potencial
666 existente, colocando aí o papel do Urucuia na recarga do São Francisco. Informou que
667 esteve no mês de julho visitando o Oeste pelo CREA, a fazenda franciole em Riachão
668 das Neves e só essa fazenda são 10.000 hectares, e captam água do Rio Grande
669 através de 16 bombas de 950 metros cúbicos por hora cada e tem 28 pivôs centrais,
670 sendo que cada pivô irriga 350 hectares e consome 750 metros cúbicos de água por
671 hora, então é bom que se diga que isso tem custo e quem está no agronegócio não vai
672 jogar água fora, pois isso também tem custo para eles, inclusive a irrigação
673 complementar. Salientou que é um uso intensivo de água e existe a necessidade de se
674 ter elementos concretos para fazer a gestão do que pode ser utilizado e quando pode
675 ampliar. Sabe-se que o Governo do Estado junto com a universidade de Viçosa tem

676 feito estudos para melhor definir esse potencial hídrico da região oeste, inclusive é feito
677 um comparativo com a região de Nebraska. Fez essa manifestação, pois a Bahia tem
678 esse potencial de fortalecimento do Agronegócio, porém isso tem que ser feito de forma
679 sustentável e que garanta não só o agronegócio, mas a toda população, ou seja, é a
680 questão da ampliação do uso do solo que tem que estar contemplado no plano estadual
681 de recursos hídricos e tem que olhar isso de forma muito competente. E salientou um
682 princípio da administração, que só se administra o que se mede e disse que os planos
683 de bacias buscam oferecer informações para a gestão.

684 Bruno Jardim – INEMA pontuou que foi muito interessante a preocupação de Sérgio,
685 pois leva a reflexão sobre algumas questões, mas pode ficar tranquilo que não
686 participar da outra reunião não chega a ser um peso, pois se discutiu antes com a
687 equipe e a equipe tem pessoas capacitadas e experientes. Não foi o único momento
688 que se trocou idéia com eles, mas o Conselho tem toda uma importância também pelo
689 compromisso de mostrar o que estar acontecendo. Salientou a importância do cuidado
690 na elaboração dos planos de bacias, mas estes requerem um cuidado redobrado, pois
691 tem muita gente prestando atenção, o que exige que o Estado pense muito sobre a
692 região Oeste. Pontuou que no momento atual estar se vivendo uma falta de chuva e de
693 oportunidade de emprego e de questões na economia que fazem pensar também que a
694 água não pode deixar de ter uma função econômica, mas claro tudo com
695 responsabilidade e compromissos ambientais. Então assim, esse avanço das atividades
696 econômicas requer nas questões ambientais e particularmente na questão da água que
697 esteja pensando e avaliando que nível pode acontecer, por que também não se pode
698 jogar fora a oportunidade de atividades econômicas. E o que vai se pensar nesse plano
699 sobre compromissos da Bahia com o São Francisco, então é um plano que envolve bem
700 mais que os olhares específicos em cima da bacia. Pontuou que entende a
701 preocupação do conjunto de coisas a fazer, mas tem que ter a habilidade para
702 aproveitar todas as oportunidades, então se existe um recurso para trabalhar com o
703 plano estadual de recursos hídricos tem que ter estratégia de como aproveitar as essa
704 oportunidade para serem dados novos passos e o conselho é importantíssimo para que
705 se possa construir um caminho dentro daquilo que se oportunizar na direção de
706 avançar, discutindo e dialogando na melhoria do sistema. No que se refere ao termo de
707 referência, há um tempo atrás, se discutiu muito com os comitês a construção desse
708 termo. Os termos de referência que foram utilizados para fazer o plano do Salitre com o
709 banco Mundial, dentre os procedimentos deste não permite que este termo seja
710 previamente conhecido, pois os critérios que eles possuem levam em conta que já que
711 eles aplicam recurso para isso, não pode fechar a construção do plano para o mercado

712 nacional, tem que se dar oportunidade para instituições de fora. Então eles pedem que
713 as instituições interessadas façam uma comunicação dizendo do interesse em fazer o
714 plano, as empresas mandam, a partir daí se constrói uma lista sêxtupla das empresas
715 que mostraram o perfil mais adequado em função da sua experiência e essas seis é
716 que recebem os termos de referência para apresentarem sua proposta técnica, por
717 conta disso o termo de referência não poderia ser aberto, e não teria o contrato
718 assinado. Informou que os planos que são feitos pelo tesouro do estado não teria
719 problema de ser discutido com os comitês, porém as vezes aparece o recurso e se
720 passar muito tempo discutindo perde a oportunidade do recurso, então como já se tinha
721 um modelo de termo de referência este foi aprimorado e melhorado baseado nos planos
722 anteriores feitos. No que se refere à criação de outras câmaras técnicas gera um custo
723 e como dinheiro não está fácil, procura-se fazer o que é indispensável.

724 Pontuou que o plano de bacias não é um jogo de futebol que no final tem um vencedor
725 e um perdedor, então na verdade o que se tem que vê é como poderia entender um
726 sistema hídrico que tem uma natureza produzindo água e uma sociedade afetando essa
727 produção de água e tem uma organização social pensada para fazer a administração
728 desse processo e esse é o grande caminho do plano e a política de recursos hídricos se
729 faz com diálogo, então precisa-se também fazer com que esse plano possa ser
730 promotor do diálogo fazendo com que todos possam entender as suas colaborações em
731 termos dos seus limites e as suas demandas para que os outros possam ser parceiros
732 nessa busca.

733 Sérgio Bastos – COFIC pontuou que foi informado que esse trabalho está sendo
734 construído juntamente com a Universidade de Viçosa e se esse trabalho está alinhado
735 com as ações que estão sendo feitas no Oeste Baiano, ou seja esforços para que se
736 tenha uma gestão adequada dos recursos do oeste baiano estão integradas quando se
737 faz um plano de Bacias ou está cada um fazendo de uma forma?

738 Bruno Jardim – INEMA explicou que tem que se ter muito cuidado quando percebe o
739 estudo feito pela Universidade de Viçosa, não que se duvide da qualidade desses
740 trabalhos de técnicos tão conceituados. A AIBA possui uma verba para fazer
741 levantamentos e quem empreende não faz seus projetos sem avaliar o potencial da
742 área que vai investir, então assim na hora que eles perceberam fizeram um convênio
743 chamaram o Estado para participar e o Estado tem acompanhado de alguma forma
744 esse trabalho que está sendo desenvolvido para se chegar a uma resposta de
745 demandas existentes. Pontuou que todos os trabalhos técnicos desenvolvidos pelas
746 Universidades são importantes de serem agregados e levados em consideração pela
747 análise do INEMA, que vai mais do que analisar a disponibilidade, esse é um elemento

748 importante, mas tem outras questões. Então não foi feito um estudo dizendo para o
749 INEMA o que tem que ser feito, mas trata-se de uma colaboração do meio científico,
750 que ajuda a ter visões sobre o conhecimento daquela realidade. Quando se usa a
751 modelagem matemática de hidrologia, os cálculos matemáticos são precisos, mas a
752 capacidade de um modelo representar todos os aspectos não é simples, pois são tantas
753 variáveis e tem que simplificar através de algumas que se consideram mais
754 representativas, então a escolha de um modelo ela pode ser muito boa, mas com
755 certeza não será completa. Desta forma, ninguém vai inventar um modelo agora, pois
756 terá que ser testado, avaliado e não existe tempo para isso, tem que pegar modelos que
757 já estejam consagrados e que se mostram adaptáveis, por conta disso o INEMA usará
758 um modelo que tem uma determinada finalidade e com um objetivo que ajudará a
759 avaliar bem certas coisas. Então está exatamente nesta fase de conhecer todas as
760 informações e refletir sobre elas para poder construir uma idéia junto com o Comitê, o
761 INEMA e o consórcio sendo que cada um tem sua função dentro do processo.

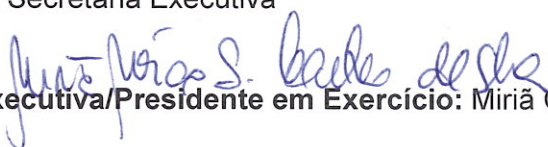
762 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou sobre a vinda de Bruno e explicou que
763 sempre eles conversam previamente e inclusive foi bem colocado que a última
764 apresentação tinha sido completa e já havia sido passada muitas informações no
765 conselho, contudo a SECEX entendeu que a Diretoria concluiu que seria o momento de
766 complementar essas informações e atualizando o que ocorreu da última apresentação
767 até então. Percebe-se que de fato por mais que se converse tem o que colocar, disse
768 que entendeu sobre o aproveitamento, mas tanto o INEMA quanto a SEMA tem um
769 cenário de quadro pequeno de equipe e melhor aproveitar o quadro é o que se
770 pretende, mas entendeu-se também como Topázio não estaria presente hoje, essa
771 atualização ficou a cargo de Bruno, até porque existe uma preocupação e um pedido
772 dos Conselhos de que sejam atualizados alguns assuntos. Aproveitou dentro desse
773 retorno ao conselho, solicitou que fale rapidamente o que se está propondo na próxima
774 reunião para tratar da conclusão do plano de bacia, para que fique ciente desse diálogo
775 e a importância desses diálogos prévios, pois estes ajudam o assunto quando chega
776 aqui no Conselho.

777 Bruno Jardim – INEMA informou que em novembro o INEMA estará concluindo o plano
778 de bacias do Contas e do Recôncavo Sul que foi iniciado em 2012 e só vai conseguir
779 fechar agora. Informou que estão sempre disponíveis até porque o processo de
780 construção é participativo e todo o diálogo que houve do Conselho ajuda a construir o
781 posicionamento do INEMA dentro dos trabalhos.

782 Miriã agradeceu a Bruno e passou para os informes e na perspectivas de retorno de
783 pendências, dentro da possibilidade que tem a SECEX tem buscado entre uma reunião

784 e outra verificar e levantar algum ponto que tem sido trazido aqui. Na última reunião foi
785 falado inclusive pendências em algumas respostas dadas ao Comitê do Itapicuru e foi
786 feito um levantamento na SECEX e observou recomendações e tem alguns registros de
787 respostas e foram feitos encaminhamentos em agosto para o INEMA e também com
788 cópia para o comitê, por meio de ofícios, então acredita que tenham sido recebido. No
789 que se refere à deliberação do Salitre também é do conhecimento da SECEX foi
790 encaminhado para o INEMA, mas não chegou até a SECEX ainda um posicionamento
791 ou informação e a SECEX ficará atenta para manter o conselho informado. Informou
792 também que foi enviado por e-mail convite da consulta pública da Embasa que vai
793 acontecer dias 17 e 18 na região de Dias D'Ávila, no e Camaçari tratando da questão de
794 esgotamento sanitário e implantação de estação de tratamento de esgoto. Agradeceu a
795 compreensão de todos e se colocou a disposição do conselho.

796 Edilene Carvalho– Movimento indígena Payaya avisou que nos dias 16 a 20 de outubro
797 será realizado no território indígena Payaya em Utinga a 6ª Teia dos Povos onde será
798 discutido o bem viver, falar sobre os rios, lagoas, como deve ser feito para preservar os
799 rios. Informou também que eles trabalham com a preservação da floresta, disse que tem
800 um viveiro com capacidade para 120 mil mudas ano e já se conseguiu mapear mais de
801 55 espécies de mudas nativas e 75 de ervas medicinais, então é um trabalho muito
802 importante e inclusive estão contando com a parceria com a Agrotopo que está fazendo
803 o trabalho de reflorestamento no Paraguaçu. A reunião foi encerrada. Esta ata será
804 assinada pela Secretária Executiva

805 
806 **Secretária Executiva/Presidente em Exercício:** Miriã Caetano da Silva

807 **Membros:**

808 Bruno Jardim - INEMA
809 Fernando Luiz Campos Pereira – SEAGRI
810 Taís Gouveia – SDE
811 Mateus Almeida Cunha – SEDUR
812 Ana Odália Vieira Sena – FBCBH
813 Leila Márcia Souza Oliveira – ABAF
814 Demóstenes Miranda de C. Filho - CETREL
815 Sérgio Rezende Hortélio - BRASKEM
816 Sérgio Almeida Bastos – COFIC
817 José Luiz Sanches Junior – Bahia Pesca S.A
818 Edilene Santos Carvalho – Movimento indígena Payaya
819 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – ACOSMQST



- 820 Antônio Puentes - UFBA
- 821 Jorge Luiz Farias – ABENFAC
- 822 Renato dos Santos Andrade – CREA/BA